

O problema demográfico

RUI LEÃO MARTINHO

DIRECTOR

Portugal é uma velha Nação europeia, independente há muitos séculos, com fronteiras inamovíveis e uma história rica de feitos heróicos e de acontecimentos que enobrecem os portugueses.

Porém, apesar de muitos ciclos de alternância entre o desenvolvimento e a estagnação económica e social, Portugal sempre teve, demograficamente falando, taxas de fertilidade em linha com países congéneres, até que desde há quatro décadas e meia se tem vindo a acentuar a quebra dessa taxa, evidenciando assim uma insuficiente substituição dos que vão saindo da vida activa ou morrendo.

A pirâmide etária está hoje com uma base cada vez mais estreita, com os jovens até aos 15 anos a representarem uma percentagem de apenas 14 por cento do total, enquanto no topo dessa pirâmide a percentagem dos que têm mais de 65 anos já hoje é de 21 por cento.

Isto mostra os avanços da medicina e da ciência no sentido de evitar e curar doenças, melhor alimentação, cuidados no tratamento e conservação do meio ambiente, enfim o que tem sido o desenvolvimento social e económico do País.

Por outro lado, se olharmos para a esperança de vida à nascença em Portugal, verificamos um aumento de 13 anos em cada quatro décadas, reflectindo exactamente as melhores condições de vida atrás enunciadas. Em quatro décadas, verificou-se um aumento de seis anos de esperança de vida aos 65 anos. Contrariamente à natalidade que tem variado em sentido contrário ao da esperança de vida.

Em 1970, o índice sintético de fecundidade em Portugal era de três. Em 2015, esse índice apresentava já o valor de 1,3.

O INE já hoje prevê que a esperança de vida média será de 90 anos em 2080 e que a população total do nosso país diminua para sete milhões e meio de habitantes, motivos mais do que suficientes para rapidamente inverter esta situação, tomando as medidas adequadas. Como Portugal, com uma quebra de população de 12,1%, só encontramos a Itália e a Grécia.

No entanto, no que respeita propriamente ao decréscimo da taxa de natalidade, dever-se-á enfatizar a falta de atenção que os sucessivos governos e dirigentes políticos têm dado a esta questão. Ao contrário de

outros países, como a Suécia, a Noruega ou a Irlanda, que aos primeiros sinais de alarme tomaram medidas para estimular os nascimentos e decretaram medidas de protecção das crianças, com horários reduzidos ou em *part-time* para os progenitores e complementos significativos de remunerações para os agregados familiares, Portugal a nível central pouco tem feito. A nível local, as câmaras municipais, perante a desertificação do interior do País e a descida abrupta do número de nascimentos, desenvolveram alguns planos de protecção e subsídios extraordinários para os casais com filhos. É insuficiente e, politicamente, é necessário e urgente adoptar um plano de incentivo à natalidade e de acompanhamento aos pais durante o período da infância e escolar, dotando também o País das necessárias creches e escolas, mesmo nos locais de emprego dos pais.

E se estes aspectos são vitais, não é menos importante a questão do envelhecimento, do envelhecimento activo e do que deve ser hoje considerada a idade a partir da qual se deve uma pessoa considerar idosa. Não mais é possível continuar a considerar idoso aquele indivíduo que por ter atingido determinada idade, por um critério estritamente cronológico, deva ser apelidado como tal. Já não vivemos numa sociedade maioritariamente constituída por indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade e que levaram toda uma vida activa a executar trabalhos pesados, manuais ou de rotina. Estamos hoje, e cada vez mais, numa sociedade do conhecimento e, por isso, aqueles cidadãos que começam a atingir a considerada idade da reforma sentem-se aptos e capazes de continuarem a trabalhar. Estão física e mentalmente bem e o seu aproveitamento deve ser considerado pela sociedade como prioritário. E esse envelhecimento, que virá mais tarde do que em gerações anteriores, deverá continuar a ser activo e a ser devidamente aproveitado pela sociedade. Claro que não se tratará apenas de trabalho em organizações não lucrativas, deverá com todo o direito continuar a ser em actividades remuneradas normalmente, como aconteceu durante toda a sua vida activa. Países como o Japão já o fizeram há muito, aproveitando os seus cidadãos que querem continuar a trabalhar normalmente durante alguns anos mais, substituindo assim a diminuição da entrada de jovens no mercado de trabalho, devido a fraca taxa de natalidade e o pequeno número de migrantes que aquele país recebe. Portugal bem poderá aprender com estes exemplos, criando os devidos incentivos para o crescimento da taxa de fertilidade e continuando a manter no mercado de trabalho aqueles que, embora possuindo condições para a reforma, querem continuar a trabalhar.

As recomendações da OCDE são taxativas quanto ao envelhecimento activo.

Consoante o género e a cultura de cada um, são as determinantes económicas, sociais, pessoais e comportamentais que importam, bem como o ambiente físico, os serviços sociais e a saúde.

Ao dedicarmos este número à demografia, queremos também alertar para a urgência da tomada de medidas nesta área e para a situação que estamos a viver e que é superável, a prazo, se essas medidas forem adoptadas.

Os vários trabalhos desta revista, da autoria de muitos e reputados especialistas em varias áreas, dão-nos uma panorâmica completa do problema demográfico que enfrentamos e das formas de o combater e vencer.

><